



ATA Nº 1/2021

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte um, no Auditório da Casa da Cultura/Cinetatro de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Carlos Jorge Coelho Neto nos termos do n.º 2 do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal. Secretariaram a presente sessão as Deputadas Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis e Cristina Maria Carrilho Ferreira (em substituição), respetivamente Primeira e Segunda Secretárias da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Presidente, Luís Filipe Santana Dias. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas do Presidente da Assembleia Municipal António Manuel Silva Arribança e dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e Mário João das Neves Flores, procedendo-se às respetivas substituições. -

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (29 presenças), o Presidente da Assembleia em exercício deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 5/2020 referente à sessão ordinária de 12 de dezembro. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 5/2020 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 23 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis, Inês Guerra Vargas, José Casimiro Fróis Ferreira, António Manuel da Silva Moreira, Celso Cláudio Ferreira Martins, o Presidente da Junta de Freguesia de Alcobertas e o Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas (30 presenças). -----



----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, deu conhecimento do pedido de suspensão de mandato por um período de nove meses subscrito pelo Deputado Municipal João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, por email recebido na sexta-feira, 26 de fevereiro de 2021, às 22h51m. Nos termos do nº 2, do artigo 13º, do Regimento este pedido deve ser apreciado/aprovado pelo plenário na reunião imediata á sua apresentação, ou seja, na presente reunião, lendo o mesmo de imediato (anexo 2). Nesse enquadramento, disse que o assunto “*Aprovação do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo membro desta Assembleia Municipal, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, por um período de nove meses*”, passará a ser o Ponto I dos Assuntos para deliberação. Concluiu que a introdução deste ponto levou a uma reformulação da ordem de trabalhos cuja ordenação passará a ser a seguinte: -----

----- Ponto I - Aprovação do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo membro desta Assembleia Municipal, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, por um período de nove meses. -----

----- Ponto II – Projeto de Regulamento das atividades de promoção e divulgação da obra de Ruy Belo - Aprovação; -----

----- Ponto III - Designação do Fiscal Único da Desmor, EM SA | Quadriénio 2021/2024;

----- Ponto IV – Designação de fiscal Único | EPRM, LDA, EM | Quadriénio 2021/2024;

----- Ponto V - Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa 2020 e Proposta de Modificação aos Documentos Previsionais 2021 - Revisão Orçamental nº 1. -----

----- Deu também conhecimento de que foram apresentados na Mesa dois votos de pesar propostos por todos os grupos municipais (anexo 3 e 4), que foram lidos pelo Primeiro Secretário da Mesa e que serão discutidos no período de antes da ordem do dia e votados logo após o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Não foi apresentada correspondência recebida/expedida com relevância no período entre a sessão ordinária de setembro e a sessão ordinária de dezembro. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----



----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas -----

----- Deputada Anabela da Costa Azenha -----

----- Deputada Liliana Marques Alonso -----

----- Deputado Carlos José Lopes Abreu -----

----- Deputada Susana Carla Alves Franco -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputada Inês Guerra Vargas -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Inteveio para dar conhecimento da regularização integral da situação do Centro Cívico Marcolino Nobre, situado em Ribeira de São João, no que respeita aos diversos licenciamentos necessários e ao respetivo registo, garantindo-se, assim, o reconhecimento daquela infraestrutura com grande importância para a freguesia e para o concelho. Acrescentou que a regularização da situação irá abrir um conjunto de oportunidades como a candidatura que apresentaram ao Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID) promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), no sentido de resolver os graves problemas existentes, nomeadamente a nível da cobertura e nos balneários de apoio ao pavilhão e que o valor da mesma ronda os cinquenta mil euros. Afirmou ainda que todo este percurso foi acompanhado e apoiado pela Câmara Municipal de Rio Maior como se fosse um projeto da sua autoria, agradecendo a todos os que colaboraram e estão sempre disponíveis para trabalhar com a freguesia. Para terminar disse que para que possam ter sucesso



naquela candidatura irão fazer chegar à Câmara Municipal um pedido de apoio, como garante da capacidade financeira para concluir aquele projeto de reabilitação, que será mais um investimento em instalações desportivas para o concelho. -----

----- **Presidente da Junta da Freguesia de Asseiceira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por questionar o executivo municipal relativamente ao ponto de situação da revisão do Plano Diretor Municipal de Rio Maior (PDM) e também à empreitada das obras na IC2, se existe previsão do início das obras e em que condições será feita a mesma e se haverá desvio para a antiga EN1. -----

----- Colocadas as questões partilhou que foi com uma enorme alegria que tomou conhecimento do projeto “Caminho dos Candeeiros”, uma parceria entre os municípios de Rio Maior e Porto de Mós, dizendo que esta nova rota dos “Caminhos de Fátima” no concelho atravessa as Freguesias de Asseiceira/Rio Maior/Alcobertas, permitindo aos peregrinos uma alternativa às habituais vias de grande circulação automóvel e que percorram territórios variados com grande interesse cultural e paisagístico. -----

----- Por fim referiu-se também ao projeto “Km0”, já disponível na freguesia de Rio Maior, e que irá também ser implementado noutras freguesias, tendo já começado a ser definidos os percursos na freguesia de Asseiceira, Arrouquelas, Azambujeira, Malaqueijo e Acobertas. Felicitou o executivo municipal por estes pequenos passos que, no final, resultam em algo grande. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir às comemorações do 59º aniversário da Freguesia de Arrouquelas, celebrado dia 19 de fevereiro, salientando que nestes tempos de pandemia importa ainda mais relembrar a vontade popular e a força que une uma comunidade para assumir os destinos do território em que vive. Lembrou que tal aconteceu em 1962, contrariando, de certa maneira, aquilo que eram as diretrizes que na altura se vinculavam, e que essa fase ficou ligada a uma participação política e cívica considerável que, ainda hoje, se mantém, fazendo questão de assinalar nesta assembleia para que conste e fique registada, enquanto memória coletiva, a dignidade e a decência que a vida pública deve ter em tempos que são pautados por ofensas e incitações ao ódio e que pouco ou nada têm a ver com os desafios mais decentes e dignos da democracia e, mais tarde, da liberdade. -----



----- De seguida referiu-se ao falecimento do Senhor José Fialho Caetano, ilustre arroquelense, sempre ligado à vida do Partido Socialista em Arroquelas e que muito trabalho e dedicação deu à causa pública no respeito pela dignidade e sobretudo pelas ideias dos outros, dado que em Arroquelas a unanimidade nunca venceu ou convenceu quem quer que fosse e sempre houve disputas. -----

----- Relativamente à freguesia, fez referência ao facto recorrente de que os caminhos são arrançados no verão para os madeireiros destruírem no inverno e que com a proximidade da época de incêndios esta situação é grave e também ao facto de que árvores centenárias estão a morrer e a adoecer na freguesia, como aconteceu com um pinheiro com mais de dois séculos de vida que teve que ser abatido e um sobreiro que recentemente também adoeceu. -----

----- Informou ainda que até final de mandato estão a decorrer algumas obras e que se prepara o regresso à vida normal com serenidade e com alguma consideração por aquilo que são as diretrizes emanadas pelo Estado português. -----

----- **Deputada Anabela da Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Deu início à sua intervenção assinalando o aniversário de nascimento do Poeta Ruy Belo com a leitura do poema “Oh as casas as casas as casas”. -----

----- De seguida disse que na última Assembleia Municipal questionou o Presidente de Câmara sobre várias questões acerca do momento que se atravessa com a pandemia e que iria voltar a falar naquele assunto, até porque não teve oportunidade de responder. Começou por dizer e se justificar a uma pequena provocação que o Presidente lhe fez, porque questionou-o sobre o que é que a câmara estava a fazer acerca da pandemia, ao que o Presidente respondeu “pois eu estou na rua todos os dias e você está em casa”. Afirmou, relativamente a esta situação, que estava a fazer aquilo que lhe era pedido, a fazer o melhor de si, deixando de trabalhar, deixando de ir ao escritório, fazendo o que lhe era pedido e tudo o que podia fazer para o bem de todos. Disse ainda que voltou a falar neste problema, não por provocação porque reconhece que não gostaria de estar nos lugares de decisão porque ninguém estava à espera disto e tem essa consciência e humildade quando pensa nestes assuntos, mas porque gostava que fosse partilhado com todos porque é que o concelho de Rio Maior, chegou a estes números, já que não aceita a justificação do desconfinamento da altura do Natal para este aumento de casos. Lembrou que para além de Rio Maior outros concelhos vizinhos também estavam em alto risco e, tomando certas atitudes, conseguiram minimizar os



números o que em Rio Maior não aconteceu, já que á parte de um carro a passar pelo concelho e o fecho das portas da câmara, sem qualquer aviso e sem qualquer informação aos munícipes, nada mais viu ser feito para controlar a situação. Expressou a sua admiração pela afirmação que o Presidente fez de que andaria sempre na rua, já que não se vê a fazer o quê, nem se sabe se anda a fazer propaganda para as próximas autárquicas, se anda atento e preocupado com a covid-19, porque a sensação que lhe dá é que anda é efetivamente a correr atrás do prejuízo, reagindo e não agindo. Continuou dizendo que já se percebeu que em Rio Maior há um problema de civilidade, mas questionou como é que se pensa ultrapassá-lo e que gostaria muito que fosse partilhado com todos o que é que tem sido feito e aquilo que se planeia fazer a seguir. Chamou também à atenção que quem tenta ligar para o número geral da câmara municipal fica à espera muito tempo e que deveria haver por parte do executivo municipal mais imaginação em termos sociais, empresariais, culturais, e em todos os sectores de como se poderá sair desta situação, dizendo que, em sua opinião, o que se fez foi pouco. Acrescentou também que, embora esta seja uma situação inesperada, em vez de se andar a alcatroar dispatadamente todos os caminhos e à porta de todas as pessoas, há outras preocupações prementes porque o desconfinamento irá começar em breve e existem muitas famílias em situação de pobreza envergonhada e com muitos problemas familiares e considerou que a postura do executivo não foi a mais clara, a mais eficiente, dando como o exemplo as reuniões com os lares em que se dirigiram diretamente as técnicas passando por cima da administração. Terminou dizendo que o Partido Socialista por várias vezes dirigiu ao Presidente de Câmara a sua disponibilidade para trabalharem em conjunto e não obteve qualquer resposta, acrescentando que é porque possivelmente acha que consegue fazer o trabalho todo sozinho, mas considera que o trabalho que se tem feito sabe a pouco. -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse que a sua intervenção comunga um pouco da anterior, ou seja, em trezentos e oito concelhos Rio Maior consegue estar nos piores quinze e considerou que é realmente importante haver ações. Questionou, por isso, qual é o plano e o que é que o Município pode fazer para ajudar a reduzir os números atuais, que espera que baixem rapidamente para a saúde de todos. -----

----- **Deputado Carlos José Lopes Abreu** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que como membro da Assembleia Municipal e fazendo parte dos órgãos diretivos da Cruz Vermelha da Delegação de Rio Maior, não podia deixar de agradecer ao município, na pessoa do Presidente da Câmara, a parceria feita relativamente centro de testes COVID-19 em Rio Maior. Disse que se constatou que os dois laboratórios locais já não tinham capacidade para efetuar os testes necessários e que, neste momento, qualquer pessoa que queira fazer testes para despiste da confirmação do covid-19 já tem uma alternativa. Saliu ainda que desde a abertura da delegação da Cruz Vermelha em Rio Maior, a Câmara Municipal de Rio Maior tem sido uma grande ajuda e, como tal, também nesta ação foi feita uma parceria entre as duas entidades, dizendo que para o efeito foi disponibilizado o Pavilhão Multiusos, por ser uma estrutura reúne todas as condições para acolher o posto de rastreio, pois tem uma localização central e bastante espaço para espera e estacionamento. Informou ainda dos horários de funcionamento e do tipo de testes que se podem realizar no mesmo. -----

----- Solicitou que, sabendo que os números a nível nacional estão lentamente a baixar, lhe pudesse ser informado acerca da situação do concelho. -----

----- Para terminar deixou um agradecimento, em representação da Cruz Vermelha Delegação de Rio Maior, por toda a disponibilidade e cooperação do município. -----

----- **Deputada Susana Carla Alves Franco** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que foram já feitas referências aos caminhos existentes no concelho que permitem a passagem de pessoas que não são de cá, o que lhe parece positivo, que existem ciclovias para usufruto daqueles que são de cá, mas que para além disso, à semelhança de outros concelhos, Rio Maior tem potencial para ter passadiços, designadamente pela serra, até por ser uma cidade supostamente virada para o desporto e ativa. Reconhece que poderá não ser no momento uma prioridade, mas considerou que a curto, médio prazo, poderá ser uma mais valia já que as pessoas estão sedentas de sair e o turismo, particularmente o ativo, tem um potencial enorme. Questionou se existe algum projeto pensado nesse sentido. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por se referir ao voto de pesar pelo falecimento de Arlino Santos, dizendo que gostaria de acrescentar a tudo o que foi dito que no voto de pesar, quando se diz “um homem de esquerda” acrescentaria que, acima de tudo, foi um homem ecuménico, sendo essa uma das suas melhores características, por ser um homem que se dedicou às suas causas, defendeu os seus pontos de vista, dialogante e dedicado a Rio Maior.

----- De seguida congratulou-se com a retificação na trajetória comunicacional no que respeita ao último boletim municipal publicado, nomeadamente no que respeita à manutenção das refeições escolares durante o estado de emergência em que as escolas encerraram. Explicou que foi publicada uma notícia em que se referia que o município tinha decidido manter as refeições durante o encerramento das escolas e que, desde logo, deixou comentário indicando se isso não se tratava antes cumprimento da própria lei tal como se se passava no resto do país. Considera que quer sejam nos meios de comunicação institucional, quer seja em notas de imprensa que se façam para o exterior, é necessário manter a correção da informação pela dignidade da instituição e dos próprios riomaiorenses. Deixou, por isso, esta nota de congratulação pois o boletim municipal recentemente publicado faz a elencagem das medidas tomadas pelo município no âmbito da pandemia e, entre outros assuntos, efetivamente faz também uma correção não mencionado que aquela foi uma decisão do município não o foi, como é sabido. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que a situação que o país e o mundo enfrentam desde há um ano, deve a todos obrigar a uma reflexão constante, para que mais do que louvar o que é bem feito, também se possa identificar as falhas e assim arranjar soluções e que, nesse sentido, considera que o município tem estado aberto a ouvir todas as soluções propostas e que aquilo que por vezes falha é mesmo a apresentação de soluções. Disse também que é importante permitir que os erros do passado não se repitam, porque todos os erros desta pandemia infelizmente custam vidas, custam fome, custam pobreza e custam angústia e, segundo o primeiro-ministro, seria impossível para o país voltar-se ao confinamento nos mesmos moldes do ano passado, a verdade é que se voltou ao confinamento e se há um ano tudo era desculpável, porque se tratava de uma situação jamais vivida pelas últimas gerações, o tempo obriga, enquanto sociedade, a aprender que tudo se deve fazer para em primeiro lugar salvar vidas e depois salvar minimamente



o que as faz sobreviver. Acrescentou ainda que sabe que todos foram eleitos neste fórum para discutir o concelho, mas esta situação particular obriga a uma análise como um todo e a saber o que cada um pode fazer em prol das comunidades que lhes são próximas. Por isso, afirmou que não falará de partidos, mas sim de governações aproveitando para saudar, no executivo municipal, todos os executivos de poder local que tudo têm dado e continuam a dar para ajudar os seus munícipes substituindo-se, na maioria das vezes, nas competências que deveriam de ser do poder central. Continuou dizendo que o Governo falhou nos apoios que prometeu, falhou no planeamento e falhou nas escolhas e opções que tomou ao longo do último ano, e que falhou porque insistiu em não fazer a testagem massiva da população, achando que podia abrir escolas sem testar alunos, professores e funcionários com frequência, competência que não deveria ser das câmaras municipais, falhou porque não reforçou as equipas de rastreadores para interromper as cadeias de transmissão, competência não deveria ser das câmara municipais, falhou porque prometeu que todos os alunos teriam um equipamento digital no início do ano letivo, competência que não é das câmara municipais, falhou por pura embirração ideológica em não contratualizar, quando devia, com o sector privado para garantir assistência social na área da saúde, falhou com o plano de vacinação com desvios que nem sequer incluía pessoas com mais de 80 anos no início e que obrigou à demissão precoce do seu coordenador e considerou que aqui também falhou, porque, considera que mais uma vez por teimosia ideológica, não envolveram as forças armadas mesmo sabendo que esta pandemia é uma verdadeira guerra. Relembrou também, em sua opinião, que o Ministério da Administração Interna falhou no controlo da pandemia, no controlo dos surtos nos lares e no apoio à economia que tem sido totalmente insuficiente, extremamente burocrático e não está a chegar às empresas, competências que também não pertencem às câmaras municipais. -----

----- Afirmou que por tudo isto destacou o esforço dos municípios que têm feito o que lhes compete, mas também o que competia ao Governo, referindo, desde logo, que o Governo, via Ministério da Educação, forneceu, segundo os dados apurados, noventa e oito computadores portáteis na Escola Secundaria para os escalões A e B do ensino secundário, trinta e dois para a Escola Fernando Casimiro e, até à data, nenhum material na Escola das Marinhas do Sal, o que totaliza um apoio do Governo de cento e trinta e um equipamentos e que o Município, segundo os dados apurados, para



compensar as faltas já adquiriu, deste março, cento e cinquenta e seis tablets e cento e sessenta e sete portáteis, num total de trezentos e vinte e três equipamentos. -----

----- Neste âmbito, questionou o Presidente da Câmara se há alguma perspetiva de o governo ressarcir o valor gasto pela câmara e se existe algum programa que o permita.

----- Por fim quis ainda dar conta do apoio que tem sido dado também pela Câmara Municipal às Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho num total de trinta e oito mil euros desde dezembro. -----

----- Para terminar, afirmou que o executivo municipal tem da parte da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro o agradecimento e apoio na ajuda social e económica que tem dado aos riomaiorenses e pediu que assim continuem e que este agradecimento possa ser estendido a todos os autarcas da região que também têm desenvolvido um excelente trabalho. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra dado o seu conteúdo. -----

----- “Estou há quase dezasseis anos na Assembleia Municipal de Rio Maior. Se não tivesse tido um percalço pessoal, de índole familiar, teria feito esta intervenção na passada Assembleia. É meu desejo, e assim farei, deixar de exercer funções nesta Assembleia Municipal. Tive ao longo destes anos o privilégio de poder privar com muita gente, de, dentro do possível, ter relações cordatas com todos o que era possível, pese embora, sem preconceitos ideológicos, a falta de ideologia seja o problema da política dos nossos dias e é, por isso, que eu hoje não vou falar das razões das oposições, ou das razões do Governo, sejam eles do ponto de vista central ou local, por isso, porque entendo que, de facto, o que existe neste momento não é uma crise sanitária, o que existe neste momento é uma crise política e não é uma de governação, é uma crise política de valores que afeta as pessoas e que afeta os políticos em todo o mundo, e que nos apresenta um cenário demasiado negro para pensarmos num futuro que deveria ser mais humano e mais igualitário. Eu não vou, naturalmente, dar resposta a intervenções com as quais estão em completo desacordo, que são completamente desajustados da realidade e que apenas pretendem fazer aquilo do pior que há na política, que é o aproveitamento das circunstâncias para criticar o poder ou para criticar o contrapoder. Lamento que os protagonistas de toda a cena política, não só regional, como nacional, como internacional, não percebam que esta crise é uma crise



existencial, não é uma crise económica, nem é uma crise sanitária, esses são apenas argumentos da parte frontal que apresentam às pessoas para nos manipularem. Espero que tudo continue a ser feito no sentido de aqueles que com energia própria de mandatos vindouros possam fazê-lo, naturalmente que a minha despedida da Assembleia Municipal não é uma despedida da minha consciência cívica e nem um calar da minha consciência cívica, nem sequer um abandono da intervenção social, que é obrigatória para todos aqueles que são cidadãos nacionais, não é uma questão, não é um privilégio dos eleitos, não é um dever especial dos eleitos, esses tem apenas a exposição maior e é, por isso, que eu envio aqui a todos os membros desta Assembleia, a todos aqueles que participam na vida política e pública em geral o meu abraço de agradecimento e votos de continuação de bom trabalho. Não há nada pior para a democracia do que andarmos permanentemente com atoardas de que isto está tudo mal. Isto não está tudo mal, isto estaria muito pior se aqueles que andam sempre na boca a dizer que isto está tudo mal, fossem eles os responsáveis na intervenção. Senhor Presidente, aceite um sentido e emocionado abraço de amizade e estima na sua pessoa para todos, para o Senhor Presidente da Câmara e para os Senhores vereadores, os camaradas e os que não camaradas, para todos e um até sempre.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Agradeceu as palavras sentidas e concordou que, de facto, se vive uma crise mundial, sobretudo de valores. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer que, inevitavelmente, o tema Covid é recorrente na sessão de hoje, como será, infelizmente, nos tempos que se avizinham, porque, em sua opinião, não vê que a curto prazo possa deixar de existir essa pressão. -----

----- Assim, afirmou que este é um tempo em que as telecomunicações de qualidade são um serviço público essencial, tanto para trabalhar, como para estudar, como para comunicar entre familiares e amigos, atendendo a todas estas questões e às contingências do confinamento e, assim sendo, deu conta que no concelho existem graves dificuldades a esse nível. Disse que a internet fixa existente utiliza ainda uma tecnologia já ultrapassada e que o facto de existir apenas uma operadora também complica as coisas na medida em que não existindo concorrência, não existe uma tentativa do melhoramento dos serviços. Continuou dizendo que a rede móvel ainda está na idade do 2G, a mais básica de todas, que apenas permite chamadas e SMS e



em algumas situações de extrema gravidade, como por exemplo a zona de Alcobertas, nem para o número 112 é possível fazer uma chamada e a rede móvel 3G e 4G, quando se consegue apanhar, é com dificuldade e deficiências técnicas. Questionou o que a Câmara Municipal está a fazer para a resolução destas situações junto das operadoras, na medida em que as telecomunicações são um ponto chave para a comunicação nas escolas, no trabalho e até com os idosos como forma de superação do isolamento imposto por esta época. -----

----- De seguida questionou se a Câmara Municipal já tem conclusões relativamente ao incidente ambiental registado em janeiro na Ribeira de São Gregório e na Ribeira de Arroquelas. -----

----- Deu também conta que nesta altura se mantêm ainda algumas árvores de Natal colocadas e que acendem ainda durante o dia e que poderia fazer-se alguma poupança.

----- Terminou dizendo que no que se refere à ideia de trazer passadiços para Rio Maior se for consultado o programa eleitoral da Coligação Democrática Unitária (CDU) de 2013, pode ser encontrada a resposta para o que deveria ser feito, ou seja a implementação de um geoparque que é uma solução transversal que serve os que cá estão como aqueles que visitam. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por fazer referência a Arlino Santos, dizendo que mais do que um camarada, era uma pessoa boa e um amigo que tinha a capacidade, como poucos, de ser tolerante, sendo disso prova os anos que esteve na Assembleia Municipal respeitando sempre a opinião de todos. Disse ser com mágoa que viu partir um amigo e a pessoa que, com ele e com o Professor Augusto, conseguiu manter o Clube de Natação numa altura em que estava prestas a extinguir-se. -----

----- De seguida afirmou que foi para ele uma surpresa a intenção de sair da Assembleia Municipal do Deputado António Moreira, à semelhança do Deputado João Sequeira da qual já tinha conhecimento, dizendo em jeito de desabafo que fica um bocado desiludido com o tipo de política que se faz, já que nem tudo o que o Governo faz é mau e nem tudo o que o Município faz é mau, tanto um como o outro fazem coisas boas e outras menos boas, como sempre acontece com quem tem que decidir em situações desconhecidas e extremamente difíceis. Lembrou que o controlo destas situações está na mão de todos e que a consciência cívica é muito relevante para travar esta situação.



----- Por fim deixou um agradecimento público, nas pessoas do Presidente da Câmara e da Vereadora Leonor Fragoso, por todo o apoio que a Câmara Municipal lhe deu durante o tempo que esteve em confinamento, já que optou por solicitar esse apoio ao invés de ligar a familiares ou amigos, por achar que esse tipo de apoio deve ser dado pela câmara, que em tudo foi diligente. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à substituição do papel do Governo pelos Municípios em geral, não deixando, no entanto, de concordar que nem tudo o que tem sido feito é mau e nem tudo é culpa do Governo ou dos Municípios unicamente. Reconheceu que não será fácil governar numa época de pandemia nunca vivida pelas gerações próximas, mas que há situações que agora já poderiam ser planeadas e previstas, nomeadamente o caso da atribuição de computadores sobre a qual o Governo, em abril do ano passado, disse que seriam asseguradas não só as aulas online, mas também a distribuição de computadores e equipamentos necessários a alunos mais carenciados. Disse que tal não aconteceu no início do ano letivo e só em outubro se distribuíram cerca de cem mil dos quatrocentos e cinquenta mil previstos. Continuou dizendo que em face desta escassez de equipamentos, os municípios em geral tentaram colmatar as faltas e eles próprios contribuírem para que mais equipamentos fossem entregues às escolas e aos alunos. -----

----- Afirmou também que falta saber qual será o plano do Governo para o anunciado desconfinamento. -----

----- Ainda no âmbito das ações que os municípios têm tido para além das suas competências, lembrou que foram disponibilizados dois funcionários para apoiar na Unidade de Saúde Local no âmbito da gestão de casos Covid-19. -----

----- De seguida endereçou os parabéns ao executivo municipal pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área do turismo, que considera vital não obstante as atuais circunstâncias, nomeadamente pela ideia de trazer para o concelho uma área de autocaravanismo e assim o colocar na rede nacional. Disse que a mesma se irá situar na localidade de Chãos e configura um investimento de cerca de oitenta e três mil euros, com um financiamento de 70%, investimento esse que considera uma aposta positiva para o dinamismo o turismo local. Falou ainda do levantamento dos vários monumentos históricos, culturais e de outros pontos de interesse turístico, dizendo que o alavancar da área do turismo é crucial para a dinamização económica do concelho e, para isso,



contribui também a colocação de vinte e um descritores de paisagem por todo o concelho para que seja prestada a informação necessária a quem visita os diversos pontos de interesse existentes. -----

----- Ainda no âmbito das ações de apoio que a Câmara Municipal vem desenvolvendo, referiu a isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público, que podendo ser uma pequena ajuda é importante para as atividades económicas que estão nesta fase fechadas, não se cingindo apenas aos meses em que estão encerradas, mas para todo o ano de 2021. -----

----- Mudando de assunto, elogiou a forma como decorreu o último ato eleitoral e agradeceu a todos os responsáveis a forma como foram organizadas as eleições, com as devidas medidas de segurança e que resultou em pleno. -----

----- De seguida pediu que pudesse ser dada informação sobre a limpeza da ribeira de São Gregório que está a decorrer, dizendo que é sabido que esta é uma intervenção necessária a todos os níveis e uma exigência ambiental, e também acerca da requalificação nas vias por todo o concelho. -----

----- Para terminar deu conta da preocupação sobre como irá decorrer a realização dos censos 2021 com todas as limitações e medidas que são impostas pela pandemia, tendo em conta que os inquéritos serão feitos porta a porta e pediu que pudesse ser dada alguma informação acerca deste processo. -----

----- Concluiu fazendo um elogio ao Presidente da Câmara por ter abdicado da administração da vacina nesta fase, já que era um direito como autarca e como agente da proteção civil, mas que, como justificou, pela sua idade e condição achou que haveria quem dela mais necessitava nesta altura. -----

----- Acrescentou ainda que quanto aos votos de pesar nada mais haverá a dizer já que os documentos apresentados o fazem em pleno e solicitou que possa ser feito um minuto de silêncio após a votação. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou por agradecer e congratular-se pelo trabalho desenvolvido em conjunto com o objetivo de regularizar a situação do Centro Cívico Marcolino Nobre na Ribeira de São de São João, regularização essa que permitirá o desenvolvimento de projetos



que há muito eram vontade da Freguesia. Disse que não poderia comprometer-se por si só na aprovação de um apoio para a obra pretendida, mas que não tinha dúvidas que todo o executivo municipal o fará, até pelo entendimento, que é transversal a todos os elementos que o compõem, que o apoio às associações e freguesias é importante e relevante para o desenvolvimento. Agradeceu a todos que tiveram intervenção no processo, nomeadamente os técnicos da autarquia e especialmente a dois vereadores, ao Vereador Miguel Santos e à Vereadora Vera Simões que tendo uma ligação direta às estruturas governamentais fez sempre parte da solução neste tema como em outros, em que os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, nem sempre concordantes, sempre foram colaborantes. -----

----- Acerca do ponto de situação do processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), para além de posteriormente pedir a palavra para o vereador responsável pelo pelouro poder depois dar pormenores, informou que foi apresentada a proposta da Câmara Municipal às entidades competentes e que, neste momento, se aguarda ainda a pronúncia por parte de algumas delas e marcação de reuniões finais de avaliação. –

----- Relativamente às obras do IC2, disse que tem sido mantido um diálogo constante com a Infraestruturas de Portugal, nomeadamente através do Diretor Regional, e que foi informado, no final de janeiro, que a obra já foi adjudicada à empresa Construções JJR & Filhos, SA, não tenho ainda data de início, nem plano para o desvio de trânsito, embora não tenha muitas dúvidas que, pelo menos no troço junto à Asseiceira, haverá seguramente uma passagem por dentro da localidade. Disse que foi dada a conhecer a preocupação do que esta situação pode originar e da necessidade de criação de condições para o trânsito possa ser regrado pelas dificuldades e perigos que podem daí advir. Acrescentou que essa preocupação é partilhada pela Infraestruturas de Portugal e que antes da entrada em obra aquela entidade, a câmara municipal e a junta de freguesia estarão presentes para, em conjunto, se corrigir o que se considerar como necessário. -----

----- Quando aos “Caminhos dos Candeeiros” e aos “Caminhos de Fátima” considerou que se trata de uma evidente mais valia para o concelho, que permite a oferta a outro tipo de públicos com caminhos regrados, integrando uma rede nacional que catapultava este tipo de turismo e este tipo de atividades. Quanto ao KM0 disse que se está a avançar com este projeto para outras freguesias, que este tem tido uma vasta utilização por parte da comunidade na freguesia e cidade de Rio Maior e que se pretende dar seguimento e continuar a desenvolver. -----



----- Acerca da intervenção da Deputada Anabela Azenha começou por dizer que não iria responder às provocações que fez, nomeadamente na referência a que andaria a fazer propaganda na rua, e que não iria ter, relativamente à Covid, um diálogo político ou partidário nem fará qualquer aproveitamento das circunstâncias para criticar seja quem for. Seguindo respondendo à questão das benfeitorias feitas nas vias, nomeadamente alcatroamentos, afirmou que são obras necessárias e no que se refere à pobreza envergonhada solicitou a todos que tendo conhecimento dessas situações o possam sinalizar junto dos serviços de ação social do Município para que possam atuar e ajudar na resolução desses problemas, porque não é fácil conhecer todos os casos que possam efetivamente existir. -----

----- Sobre as reuniões com os lares e IPSS's, informou que estas foram realizadas com todas as instituições do concelho, desde março de 2020 e por diversas vezes, para afinar a ação e o trabalho a fazer, com disponibilidade total dos meios técnicos para a implementação de circuitos, realização de visitas e acompanhamento da área da saúde comunitária e em tudo aquilo que a Câmara Municipal possa interferir e tenha competência para tal. Acrescentou que desde o início que a Câmara Municipal tem tido com todas as instituições do concelho uma ligação umbilical no sentido de combater, resolver e melhorar os efeitos da pandemia. -----

----- Deu conta que a Câmara Municipal, assim como os onze municípios da Lezíria, por serem as entidades mais próximas da população, tiveram uma atitude muito proactiva relativamente à Covid quando o Governo, pela distância ou pela dificuldade, não conseguiu chegar a tempo e, dando o exemplo de Rio Maior, lembrou que foram disponibilizados equipamentos de proteção individual e sinalização de trajetos a todas as escolas, assim como feitas desinfeções a salas e edifícios, foi disponibilizado apoio à realização de inquéritos epistemológicos e à vacinação com a disponibilização de todos os recursos logísticos e no caso dos primeiros recursos humanos também, foram equipadas todas as forças de segurança, forças de socorro e Cruz Vermelha com equipamentos e proteção individual assim como o centro de saúde, foram alojados médicos, enfermeiros e auxiliares em instalações da câmara e da Desmor para puderem pernoitar e fazer refeições, assim como as equipas da segurança social que estiveram no concelho, foram disponibilizados computadores às escolas e foram ainda concedidos apoios às famílias e isenção de taxas e tarifas em diversas matérias. -----

----- Relativamente ao facto de a câmara municipal ter fechado as portas, esclareceu que isso nunca aconteceu e que aquilo que aconteceu foi que o atendimento era feito



com marcação prévia e controlada a afluência à tesouraria nos dias de final de pagamentos através da permanência de um segurança para fazer o encaminhamento e garantir o cumprimento de regras. -----

----- Respondendo à questão de como chegamos a estes números no concelho, afirmou que não consegue uma resposta objetiva, mas que, em sua opinião, a câmara municipal fez o seu trabalho e continuará a fazer, sendo agora tempo de esquecer aquilo que é o aproveitamento das circunstâncias para criticar o poder ou o contrapoder. -----

----- Sobre a sugestão de que Rio Maior poderia ou não ter passadiços, disse que embora não esteja nos projetos este tipo de solução, existem outros que podem ter mesmo impacto, tal como a ligação da zona ribeirinha à nascente do rio Maior por um caminho pedestre, dando continuidade aquela zona, trabalhando ambientalmente as linhas de água, tornando-a visitável. -----

----- Sobre o problema das telecomunicações disse que esta é, atualmente, uma preocupação nacional e que no concelho de Rio Maior, para além de outras, aquela que é a mais preocupante é a da Freguesia de Alcobertas, que já entrou em contacto com a ANACOM, assim como a Câmara Municipal já o fez, estando a situação a ser avaliada, mas que não depende de investimento do Município, que não pode resolver por meios diretos a questão de falta de cobertura, sendo que a única coisa que pode ir fazendo é insistir junto da entidade reguladora a resolução deste problema. -----

----- Acerca do incidente ambiental referido, informou que não é ainda conhecida nenhuma conclusão, mas que tem conhecimento que o relatório já está elaborado e logo que o conheça, dará conhecimento do seu conteúdo. -----

----- Quanto à situação das árvores de Natal solicitou que lhe fossem dados pormenores de onde estão ligadas ainda, já que a informação que tem, dada pela junta de freguesia, é que foram já retiradas. -----

----- Sobre o trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver na área do turismo, disse que estão a ser desenvolvidos vários projetos, exemplo são aqueles já referidos como o “KM0”, os “Caminhos de Fátima”, a área de autocaravanismo, sendo que esta última já foi divulgada na rede nacional e chegou a dezenas de milhares de pessoas que integram esta comunidade e partilha entre si estas notícias. Falou ainda dos descritores de paisagem que era algo que não existia e que ajudam na promoção da riqueza cultural e natural existente no concelho. -----

----- Agradeceu a todas as juntas de freguesia o trabalho desenvolvido no âmbito das eleições presidenciais, assim como às equipas e à população que, de uma forma geral,



participou de forma exemplar neste ato e disse que a informação reportada foi que tudo correu muito bem, agradecendo, por isso, mais uma vez, aos serviços da câmara municipal que em conjunto com as freguesias prepararam este ato eleitoral. -----

----- Acerca dos trabalhos de limpeza do rio, informou que foi feita uma limpeza de infestantes na ribeira de S. Gregório, já muito necessitada, e que agora será para ser efetuada de forma constante, mantendo assim as condições de salubridade e a beleza do local. Acrescentou que a limpeza das linhas de água é um assunto que está a ser pensado a longo prazo e a ser desenvolvido um projeto que vai desde a zona do rio da ponte até à Avenida 13 de julho e desde a zona das piscinas municipais até à Avenida 13 de julho, que inclui a proteção e naturalização das margens do rio, corrigindo alguns erros de outrora, nomeadamente na gestão do leito da ribeira de S. Gregório. Informou que este tratamento das linhas de água, numa primeira análise, custará cerca de um milhão e quatrocentos mil euros, o que dificulta que o município consiga avançar sozinho, esperando que possam existir fundos comunitários neste âmbito. -----

----- Informou que a requalificação de vias continua a decorrer em todo o concelho como previsto. -----

----- Sobre os censos 2021, informou que já decorreram reuniões na câmara municipal com os presidentes de junta de freguesia e com o coordenador distrital, onde foi transmitido que as condições para a realização estão todas acauteladas, prevendo-se que seja possível a resposta por diversas formas alternativas de contacto, reduzindo ao mínimo as situações de contacto presencial que, a acontecer, decorrerão com todos os cuidados e equipamentos necessários. Disse ainda que a Câmara Municipal já definiu o seu delegado e o técnico responsável e que a situação será acompanhada desde o primeiro minuto. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vereador João António Lopes Candoso para esclarecimentos das questões colocadas, conforme solicitado pelo Presidente da Câmara. -----

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Informou que o processo de revisão do PDM está na fase final da concertação, dando conta que a Câmara Municipal entregou a proposta final em novembro de 2019 à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que deu até meados de março às entidades para se pronunciarem e marcou para o final



de março a reunião onde cada uma delas deu o seu parecer e foi elaborado relatório final. Disse que após essa reunião se entrou numa fase de concertação entre a Câmara Municipal e as entidades que não votaram favoravelmente ou votaram favorável condicionado, sendo essa fase iniciada em finais de agosto e a decorrer até à data. Deu conta que foram já realizadas todas as reuniões à exceção de duas, devido à complexidade das situações. Acrescentou que todo o processo se tornou mais moroso devido aos constrangimentos originados pela pandemia. Explicou ainda que após a concertação se irá passar à fase de discussão pública e só após isso ser presente à Câmara e à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Realçou o empenho da Câmara Municipal, da equipa do PDM e o esforço das entidades para a boa realização das reuniões necessárias e que se espera que as que estão em falta possam ser marcadas brevemente e assim dar o seguimento esperado a este processo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Terminadas as intervenções fez notar que nas últimas duas sessões foram, infelizmente, votados quatro votos de pesar de ilustres cidadãos que nos deixaram, desta vez o Padre Diogo, um devoto da sua causa, uma pessoa de grande generosidade e de ajuda ao próximo e o Senhor Arlino Santos, um cidadão que dedicou parte da sua vida à causa pública, dando o seu melhor em prol da sua terra e das suas gentes. Deixou, assim, o seu agradecimento a estes dois ilustres cidadãos. -----

----- Colocou a votação os Votos de Pesar subscritos por toda a Assembleia Municipal e a realização de um minuto de silêncio pelos falecidos evocados nos votos. -----

----- A proposta de realização do minuto de silêncio foi aprovada por todos os membros presentes da Assembleia Municipal (31 presenças). -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento do Padre António Augusto Gonçalves Diogo (anexo 5)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (31 presenças). -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Arlino Ferreira dos Santos (anexo 6)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (31 presenças). -----

----- Foi, neste momento, feito um minuto de silêncio em memória dos falecidos, nos termos aprovados. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----



----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal a proposta de os assuntos referentes aos pontos III e IV, pudessem ser apresentados e discutidos em conjunto e depois votados individualmente. -----

----- A proposta foi aprovada por todos os membros presentes da Assembleia Municipal (31 presenças). -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **CIMLT | Orçamento para 2021 | Grandes Opções do Plano 2021-2026| Mapa de pessoal para 2021** -----

----- **Deliberação de Isenção de Taxas relativas a ocupação de espaço público | Regime excecional no âmbito da pandemia** -----

----- **Declaração de Compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2020** -----

----- **Declaração de Pagamentos em Atraso existentes em 31/12/2020** -----

----- **Declaração de Recebimentos em Atraso existentes em 31/12/2020** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 7)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Aprovação do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo membro desta Assembleia Municipal, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, por um período de nove meses** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a apreciação o pedido já lido no período prévio. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Interveio apenas para enaltecer todo o trabalho que o João Sequeira realizou ao longo dos anos, dizendo que desde o tempo da democracia, terá sido o autarca que esteve mais tempo consecutivo em exercício de funções no concelho de Rio Maior. Lembrou que foi uma pessoa que apesar de não esconder o seu socialismo, sempre fez



tudo o que era possível, nas funções que desempenhou, para defender o concelho e o distrito. Disse ser com pena que o vê a abandonar a Assembleia Municipal, porque considera que era uma mais valia para a mesma, mas que é assim que as suas novas funções assim o determinam. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes, com 30 votos a favor (30 presenças). -----

----- **Ponto II – Projeto de Regulamento das atividades de promoção e divulgação da obra de Ruy Belo - Aprovação** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, dizendo que o que se pretende é aprovação do projeto de regulamento das atividades de promoção e divulgação da obra de Ruy Belo, nos termos da alínea g), do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Acrescentou que se trata de uma proposta que vem, a par da candidatura feita ao Programa Valorizar, realçar diversas atividades relativas a Ruy Belo e que este é o projeto de regulamento das de algumas das atividades de promoção e divulgação da sua obra. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João** -----

----- Começou por dizer que este é um importante passo na valorização do poeta Ruy Belo e que é, sem dúvida, a melhor homenagem que lhe podia oferecer no dia do aniversário do seu nascimento. Afirmou que o projeto de regulamento das Atividades de Promoção e Divulgação da obra de Ruy Belo visa estabelecer, no âmbito das competências da Câmara Municipal de Rio Maior, uma política cultural integrada em todas as suas vertentes, bem como definir o modo de colaboração com as diversas entidades municipais, criando uma estratégia de desenvolvimento partilhado. Considerou que este regulamento é uma ferramenta importante de trabalho para o futuro, garantindo que a Câmara Municipal cumpra da melhor maneira o seu papel no sentido de promover, preservar e divulgar a vida e obra de Ruy Belo, obra essa reconhecida como da maior importância para o concelho não só com o projeto da “Casa Museu Poeta Ruy Belo”, mas também com o “Prémio Nacional Poeta Ruy Belo” e a “Bolsa de Investigação Poeta Ruy Belo”, entre outros. -----



----- Lembrou que em outras sessões da Assembleia Municipal disse já que todo este projeto integrado em redor de Ruy Belo, sem dúvida, um dos momentos que mais o encham de orgulho enquanto autarca, sabendo o difícil caminho que foi percorrido e a insistência necessária para resistir às falsas questões levantadas em seu redor. Afirmou que, por isso, foi com espanto que viu o Partido Socialista (PS), em reunião da Câmara Municipal, dizer que este é um projeto seu e onde manifestou a vontade de dar o seu contributo no âmbito do projeto de regulamento, projeto esse que esteve trinta dias em consulta pública e para o qual não foi apresentada uma única proposta. Concluiu que, assim sendo, o projeto deve estar bem elaborado e que o PS concordaria com o seu conteúdo, o que não aconteceu, já que se absteve na votação na última reunião da Câmara Municipal. Quis ainda deixar claro que este projeto não é do PS e que nunca foi, que este é um projeto da sua freguesia e do executivo camarário, que este projeto é de Rio Maior para Rio Maior. -----

----- Terminou deixando a garantia e a manifestação da total disponibilidade da Junta de Freguesia para continuar a colaborar ativamente com a Câmara Municipal de Rio Maior e manifestou publicamente a vontade de continuar a fazer parte deste grande projeto. -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer que o “Prémio Anual Ruy Belo” foi criado no ano de 2007/2008, no mandato de Silvino Sequeira e suspenso em 2009 no primeiro mandato de Isaura Morais. De seguida agradeceu ao Presidente da Câmara o reavivar deste projeto que esteve interrompido desde 2009 até agora. Afirmou ainda que aquilo que está aqui em causa e que se vai votar, não é se concordam ou não com a divulgação da vida e obra do poeta Ruy Belo, mas sim o projeto que vai regulamentar essa dinâmica. Em relação ao projeto de regulamento disse que, em sua opinião, este apresenta algumas deficiências e embora não tenham sido apresentadas sugestões durante o período de consulta pública, isso não quer dizer que seja uma resposta positiva. Relativamente ao conteúdo do projeto de regulamento disse que lhe surgiu a dúvida se seriam dois prémios ou apenas um, e uma bolsa destinada a subsidiar a pesquisa desenvolvida no âmbito dos ciclos de estudo para grau de mestre ou de doutor. Assim, disse, é atribuída uma bolsa destinada a auxiliar quem se dedica efetivamente ao estudo e desenvolvimento deste poeta e atribuído um prémio à produção de obras publicadas em



primeira edição, questionando que obras serão essas. Questionou também qual será o valor do prémio e quais os critérios de atribuição desse mesmo valor. -----

----- Terminou dizendo que o PS é totalmente a favor da regulamentação, mas que este projeto apresenta algumas lacunas e, por isso, irão abster-se na votação. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para deixar alguns comentários que, em seu entender, devem ser ponderados por cada um para memória futura. Concordou que efetivamente já houve antes um prémio Ruy Belo que o mesmo foi suspenso e que agora estamos perante um regulamento para atribuição de um prémio literário para obras publicadas e uma bolsa de investigação no âmbito de Ruy Belo. -----

----- Afirmou que este é um projeto que não é da Freguesia de São João da Ribeira, não é de Rio Maior, não é tao pouco de Portugal. Ruy Belo é maior que qualquer um de nós aqui presente, é maior que todos nós em conjunto. É talvez o maior poeta de língua portuguesa da segunda metade do século XX, um dos maiores poetas de qualquer língua, de todo o mundo. O poeta que melhor explanou a vida do quotidiano, os sentimentos pessoa perante a vida e o que o rodeia, os seus percursos e vivência, a sua cultura e hábitos, as pessoas e lugares que o acompanharam. Em seu entender, arrogar que Ruy Belo é de uma freguesia é da mais abjeta pequenez. Arrogar que é de um concelho é da mais abjeta tacanhez. Ruy Belo é acima de tudo de Portugal e da língua portuguesa. Acrescentou ainda, que em consonância com este projeto, havia também um projeto para a “Casa Ruy Belo”, projeto esse bem estruturado, com parcerias de renomadas entidades, a nível nacional e internacional, para estabelecer sinergias que levassem longe quer a exposição da casa, quer a exposição da obra do poeta Ruy Belo e que infelizmente, por desistência de alguns dos parceiros, não teve desenvolvimento. Disse ainda que efetivamente existem mais prémios Ruy Belo em Portugal, existem estudiosos de Ruy Belo, nomeadamente dos maiores peritos no Brasil, que demonstram que este não é um projeto de, e para alguns. Ruy Belo está muito para além da terra que o viu nascer e merece que todos o reconheçamos e promovamos condignamente. Repudiou, assim, o que ouviu, pelo arrogar de um projeto de alguém. Terminou dizendo que gostaria que a ata da reunião da Câmara Municipal de 12 de fevereiro constasse dos documentos desta sessão pois subscreve na íntegra tudo o que foi dito na mesma, reiterando que este é um projeto que sente também como seu. Não para si, mas para todos. -----



----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por referir que este projeto esteve em consulta pública durante trinta dias e que a bancada do PS poderia ter sugerido os ajustamentos que considerasse necessários para que agora se pudesse estar a aprovar um projeto com as suas contribuições. -----

----- De seguida, congratulou-se pela crescente aposta do Município na valorização do património imaterial, que considera componente essencial de um Rio Maior cultural, cuja importância tem crescido de forma muito significativa no passado recente neste município e que, infelizmente, com a pandemia tem sofrido bastante com o abandono que o Governo lhe tem feito de forma totalmente injusta. -----

----- Relativamente ao projeto de regulamento disse que traz à memória de todos o poeta e o homem que neste concelho nasceu, viveu e enalteceu com a sua poesia. Afirmou que ao criar-se um prémio literário de âmbito nacional, se fará a devida justiça à sua obra e, simultaneamente, coloca-se Rio Maior na agenda da produção literária e da investigação, através da atribuição de bolsa para obtenção de graus de doutor ou de mestre. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que este não é apenas um reavivar do projeto “Prémio poeta Ruy Belo” porque seria diminuí-lo considerar que é apenas um prémio e encerrava a sua beleza e magnitude. Confirmou que existiu um prémio criado pelo executivo municipal liderado por Silvino Sequeira, que foi depois suspenso, e que aquilo que agora diferencia este projeto é que este integra agora uma oferta articulada em vários âmbitos, nomeadamente a bolsa de investigação, o prémio, a rota literária, o alojamento para artistas e a requalificação da casa, transformando assim este projeto em algo abrangente e com oferta a vários públicos. Discordou da ideia de que dizer que o poeta é de Rio Maior e de São João da Ribeira seja diminuí-lo e que, na sua interpretação, a obra de Ruy Belo não tem fronteiras e fronteiras nenhuma a encerrará, mas que aquilo que diferencia esta iniciativa são as suas raízes e o facto de grande parte dos seus poemas serem escritos sobre a sua terra, árvores, casas, entre outros, e que isso, mais nenhum outro concelho do mundo conseguirá ter. -----

----- Acerca da questão colocada relativamente acerca dos requisitos para atribuição do prémio, disse estar claro no ponto 5, artigo 5º, diz que é atribuído a obra literária, se é poesia ou se é prosa, é indiferente. Esclareceu também que uma coisa é o prémio



para obras literárias colocadas a concurso e outra coisa é a bolsa de investigação atribuída a alunos de mestrado ou doutoramento que pretendam estudar a vida e a obra do poeta. -----

----- Terminou dizendo que também lhe é confortável fazer a leitura de que o assunto poderia ter sido discutido durante os trinta dias de consulta pública, mas que, não obstante isso, a discussão está agora a ser feita e, tal como fez com os Vereadores do PS na reunião da Câmara Municipal, demonstrou a não concordância com a abstenção, mas afirmou que a respeita. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 11 abstenções dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Susana Carla Alves Franco, Celso Cláudio Ferreira Martins, Liliana Marques Alonso, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e o Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas (31 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em nosso entender estamos em presença de um articulado pobre, ambíguo, limitador da criação dos candidatos, com um pressuposto de divulgação restrito e sem definição dos montantes mínimo e máximo, seja do prémio, seja da bolsa. É assim nosso entender abster-nos, o que já fizemos, porque achamos que a obra do poeta Ruy Belo merecia mais.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Lembrou que de acordo com a deliberação tomada anteriormente os assuntos contantes dos pontos III e IV serão apresentados e discutidos em conjunto, seguindo-se a votação em separado. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Interveio apenas para dizer que se trata da designação dos respetivos fiscais únicos das duas empresas para o quadriénio 2021-2024, nos termos da lei e dos estatutos de cada uma delas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **Ponto III - Designação do Fiscal Único da Desmor, EM SA | Quadriénio 2021/2024** -----



----- A proposta de deliberação é que seja designada a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Rosa Lopes, G. Mendes e Associado, SROC”, como Fiscal Único da empresa Desmor, EM, SA. para o quadriénio 2021-2024, representada por José de Jesus Gonçalves Mendes - Sócio responsável, Revisor Oficial de Contas n.º 833 e Carlos António Rosa Lopes - suplente, Revisor Oficial de Contas n.º 645. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 2 abstenções dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira e Liliana Marques Alonso (29 presenças). -----

----- **Ponto IV - Designação de fiscal Único | EPRM, LDA, EM | Quadriénio 2021/2024** -----

----- A proposta de deliberação é que seja designada a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Pão Alvo & Associado, SROC, Lda., como Fiscal Único da empresa Escola Profissional de Rio Maior, Lda, EM, para o quadriénio 2021-2024, representada por José Pedro Araújo Ferreira Pão Alvo, inscrito na OROC com o n.º 1408. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 2 abstenções dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira e Liliana Marques Alonso (29 presenças). -----

----- **Ponto V – Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa 2020 e Proposta de Modificação aos Documentos Previsionais 2021 - Revisão Orçamental nº 1**-----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa 2020 e Proposta de Modificação aos Documentos Previsionais 2021 - Revisão Orçamental nº 1. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 28 votos a favor e 1 abstenção da Deputada Municipal Liliana Marques Alonso (29 presenças). ---

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 67º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor Alexandre Jacinto - Arroquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse que veio intervir acerca da questão das telecomunicações no concelho, nomeadamente nas freguesias, e da qualidade da ligação à internet. Disse saber que o Município de Rio Maior se candidatou ao programa *wifi4you* há já algum tempo, e que o projeto está a decorrer para as salinas, questionando se efetivamente teve resultados benéficos e se o mesmo projeto não poderia ser replicado nas freguesias, nomeadamente naquelas que tem mais défice de acesso à internet, estando entre elas a Freguesia de Arroquelas. -----

----- No que se refere à questão da vacinação, que agora se iniciou no concelho, deixou o alerta de que a informação não está a chegar à população mais idosa de uma forma clara, gerando alguma confusão. Considerou que seria fundamental, o quanto antes, as autarquias, pela sua proximidade, pôr equipas na rua, porta a porta informar a população mais idosa do que se está a passar e como se irá passar, desfazendo, desta forma, a confusão nas prioridades e evitando algum estado de ansiedade nesta faixa da população. Afirmou que este é um processo complexo e que o apoio e informação clara é fundamental para que corra bem e, para isso, há que fazer com que todos possam ser esclarecidos, não sendo suficiente, para o efeito, a informação pelas redes sociais ou outros meios audiovisuais. -----

----- Terminou deixando um esclarecimento acerca da intervenção dos militares neste processo, dizendo que não foram chamados só agora e que estes já estão na linha da frente do combate à pandemia desde 20 de março de 2020. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Agradeceu a intervenção e informou que o projeto *wifi4you* ainda não está implementado e que se espera que o início da implementação ocorra em março. Disse que existe o objetivo de fazer estender ao maior número de áreas possível esta candidatura, mas que não estão contempladas todas as freguesias, até porque o alargamento de uma rede Wireless só é possível se esta lá existir, sendo assim



necessário, em primeiro lugar, resolver a questão de base e só depois potencializar e fazer chegar a rede gratuita nos espaços públicos a toda a população. -----

----- Relativamente à sugestão de informação porta a porta no que respeita à vacinação, discordou dessa forma de comunicação porque potencia eventuais cadeias de transmissão, mas que concorda que o município poderá efetivamente ajudar na difusão da informação através de outros meios, nomeadamente por infomail ou uma pequena brochura simples de analisar por esse público alvo explicando as prioridades e datas de vacinação. Acrescentou ainda que a comunicação do plano de vacinação não é competência da câmara municipal, o que não quer dizer que esta não possa ajudar a efetivá-la. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. ----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **A PRIMEIRA SECRETÁRIA:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____